



**A NOVA CONJUNTURA DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA E O PAPEL DA REDE DE ITCPS
NO PROCESSO DA III CONFERÊNCIA NA-
CIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**The New Context of the Solidarity Economy in Brazil
and the Role of Technological Incubators of Popular
Cooperatives University Network in the Process of
Third National Conference on Solidarity Economy**

**La Nueva Conyuntura de la Economía Solidaria y el
Rol de la Red de Incubadoras Universitarias
de Cooperativas Populares en el Proceso de la III
Conferencia Nacional de Economía Solidaria de Brasil**

Antônio Cruz - Incubadora (TECSOL-UFPEL)*

*Professor, doutor em economia aplicada pela Unicamp e mestre em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professor da Universidade Federal de Pelotas, onde atua como professor de economia no Centro de Integração do Mercosul e como pesquisador/extensionista do Núcleo de Tecnologias Sociais e Economia Solidária.

Endereço: Centor de Integração do Mercosul UFPEL, Rua Andrade Neves, 1529 – Centro, Pelotas-RS. CEP 96020-080
Email: antonio.cruz@ufpel.edu.br

1. Propondo dois debates

O objetivo deste texto é iniciar dois debates no interior da Rede de ITCPs. O primeiro tema exige maior fôlego e exigirá de nós uma reflexão aprofundada e teoricamente bem fundamentada. Trata-se da necessária análise sobre as mudanças qualitativas do fenômeno da economia solidária, operadas nos últimos anos. Avaliar os cenários futuros que se abrem a partir dessa nova conjuntura e prospectar nossas tarefas fazem parte deste mesmo exercício. Algumas ideias contidas neste texto servem para disparar

o debate. Obviamente, dado o espaço e a pouca profundidade da análise e dos argumentos, ele não serve como posição conclusiva, mas apenas como um 'chute inicial'. O segundo debate que o texto propõe – muito mais urgente – diz respeito à participação da Rede de ITCPs no processo da III Conferência Nacional de Economia Solidária, cujos primeiros encontros preparatórios já se encontram em realização.

Para ambos os temas, a Rede e cada uma das ITCPs devem refletir coletivamente, estar atentas e serem propositivas.

2. A economia solidária em uma nova conjuntura

A economia e a sociedade brasileiras passaram por mudanças sensíveis ao longo dos últimos anos, marcados por uma retomada do papel do Estado, especialmente em dois âmbitos muito importantes para o desenvolvimento da economia solidária: (1) o desenvolvimento de uma política econômica anticíclica, que priorizou a manutenção dos níveis de emprego, especialmente os da economia formal/convencional; e (2) um conjunto de iniciativas (limitadas, mas importantes) na área das políticas sociais, destinadas a reduzir a pobreza e ampliar o consumo interno.

Por outro lado, as políticas públicas de apoio à economia solidária, substancialmente superiores – em volume e em qualidade – ao que foi desenvolvido anteriormente, foram insuficientes para promover um salto qualitativo efetivo no setor. Em que pese todos os esforços desenvolvidos pela SENAES, a economia solidária esteve longe de ser uma prioridade para o centro do governo federal e esteve mais longe, ainda, de ser considerada um projeto efetivo de construção de uma nova sociedade.

Então, como resultado combinado das duas políticas econômicas gerais fundamentais (política de nível de emprego e políticas sociais distributivas), teve-se a nítida redução do ritmo de crescimento do número e do volume de empreendimentos de economia solidária, apontando, ao mesmo tempo, para uma consolidação de empreendimentos existentes, mas também para uma estagnação na sua expansão como um todo, o que será confirmado estatisticamente pela publicação da nova edição do mapeamento da economia solidária.

Certamente, não se pode considerar essa trajetória como ‘negativa’ do ponto de vista dos trabalhadores, pois, embora a maioria dos empregos gerados seja de baixa remuneração (predominou a criação de postos de trabalho no setor de serviços, de tipo ‘assalariado’ ou ‘por conta própria’), os trabalhadores mais pobres

melhoraram sua condição de vida, obtendo acesso ao mercado de trabalho e reduzindo, significativamente, o desemprego; houve um decréscimo nos índices de pobreza absoluta e desigualdade social (pouco, mas sensivelmente), bem como abriram-se oportunidades importantes de acesso à educação para os setores populares. Ou seja: a economia solidária não cresceu, mas isto, por outro lado, não significou um aumento da exclusão dos trabalhadores, como verificado no período anterior. Ao contrário, as políticas econômicas anticíclicas combateram a exclusão e foram parcialmente exitosas nesse objetivo.

Ocorre que o impulso fundamental de crescimento da economia solidária, observado ao longo da década neoliberal, nos governos anteriores (1990-2001), resultou da confluência de uma conjuntura específica daquele período, apresentando-se como uma resposta socioeconômica de setores excluídos (trabalhadores desempregados e em situação de risco, sem-terras e pequenos agricultores, catadores, mulheres pobres etc.) a uma conjuntura que combinava (1) um processo de reestruturação produtiva marcado por altos índices de desemprego e de precarização do trabalho; e (2) uma acumulação social caracterizada pelos movimentos sociais dos anos 80, imbuídos dos valores de “participação de base”, democracia, inclusão etc. (que apontavam para valores relacionados à autogestão). Não foi sem razão que importantes setores dos movimentos sociais apoiaram, sem ressalvas, o aparecimento e o desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária, de iniciativas de apoio e de políticas públicas para o setor.

Esses fatores, entretanto, como já dissemos, foram enfraquecidos pelas transformações conjunturais dos anos 2002-2014: (1) os índices de desemprego e o processo de destruição da agricultura familiar recuaram; (2) os movimentos sociais dos anos 80 (sindicatos, movimentos comunitários, teologia da libertação, movimento estudantil etc.) reduziram substancialmente sua capacidade de mobilização e sua inserção no cenário político

nacional (exceção ao MST que manteve sua mobilização, mas que, por outro lado, também parou de crescer).

Assim, há uma mudança qualitativa que está se processando na economia solidária neste momento: a EcoSol é, cada vez menos, uma ‘alternativa ao desemprego’, e passa a ser cada vez mais uma ‘alternativa ao modelo convencional de iniciativa econômica’, em todas as áreas: produção, consumo, crédito etc. A maioria dos empreendimentos nasce, agora, dos novos movimentos sociais e de suas experiências sociais ‘alternativas’: a agroecologia, as ocupações urbanas, o ambientalismo, o feminismo, a cultura criativa da periferia etc.

Os desdobramentos práticos dessa análise são inúmeros e significativos. Este texto não vai explorá-los, pois seria preciso dispormos de mais tempo e mais espaço, necessários a um aprofundamento adequado da questão. Nosso objetivo, aqui, é apenas disparar um debate sobre a importância das ITCPs avaliarem a importância do processo em curso, bem como da contribuição que podem oferecer à III Conferência Nacional de Economia Solidária.

A primeira questão que se coloca, então, é a caracterização do período que estamos vivendo e que procuramos expor, como interpretação seminal, nos breves parágrafos acima. Mas, sobretudo, é preciso perscrutar o período futuro que se aproxima e que, ao que tudo indica, será também qualitativamente diferente do período atual.

Portanto, nesta perspectiva, o período atual tem sido e deve continuar sendo um período de ‘acumulação’, isto é, um período em que os empreendimentos de economia solidária existentes precisam se consolidar, reforçar, crescer, aprender com a própria experiência e difundir o seu aprendizado. Esse período é especialmente importante porque poderá significar uma diferença qualitativa fundamental na nova conjuntura que se aproxima e sobre a qual pretendemos discutir na sequência.

3. A conjuntura atual corre o risco de ser superada brevemente

Os indicadores econômicos atuais – os baixos índices de crescimento econômico, o aumento da inflação e da taxa de juros, a redução das exportações, a ampliação do déficit público, as pressões exercidas sobre a taxa de câmbio etc. – apontam para uma outra conjuntura, nos próximos anos, de nova crise da empresa e do emprego convencionais (capitalistas), na esteira da atual crise internacional do capitalismo e, portanto, para um novo impulso da economia solidária, semelhante àquele tomado na América Latina nos anos 90 e que ocorre, neste momento, nos países europeus, especialmente aqueles mais atingidos pela crise.

Portanto, o período atual de acumulação precede, a princípio, a um provável período futuro de impulso, e dependendo do que ocorrer agora, nossas ações podem tornar qualitativamente diferente o processo de crescimento que virá.

É importante salientar que, na onda recessiva capitalista, os empreendimentos econômicos solidários, da mesma forma, são afetados duramente, embora com condições mais vantajosas de sobrevivência que as pequenas e médias empresas convencionais. Mesmo assim, é necessário reagir adequadamente aos efeitos da crise capitalista.

Mas se os empreendimentos, as organizações de apoio e as políticas públicas atuais forem capazes de reforçar a economia solidária como um todo, de acumular aprendizagens e de difundir esse conhecimento, gerando um setor solidário economicamente estável e socialmente inovador (democrático, cooperativo, autogerido, solidário), as experiências positivas do período atual tenderão a inspirar e modelar as novas experiências que surgirão no futuro, especialmente aquelas que aparecem durante as ‘ondas expansivas’ da EcoSol, que costumam ocorrer durante as crises recessivas/depressivas do capitalismo.

Neste sentido, as ITCPs podem contribuir de forma decisiva para que a economia solidária no Brasil se prepare para um novo período de crescimento robusto.

4. O que podemos e devemos fazer agora

Neste sentido, queremos apontar alguns elementos de ação comum que podem contribuir neste sentido, mas que exigem um esforço consciente dos coletivos das nossas ITCPs.

(1) O primeiro passo é cada ITCP preparar-se internamente e participar, de maneira ativa, do processo da III CONAES. É importante debater a conjuntura atual e a futura, avaliar os resultados do processo desenvolvido até aqui, bem como o papel que as ITCPs vêm cumprindo. É fundamental participarmos das conferências locais de forma cooperativa, contribuindo com o debate sobre a nossa condição de entidades de apoio, mas sempre cuidando de reforçar o protagonismo dos trabalhadores associados dos empreendimentos.

(2) Um segundo passo é contribuir com o debate da economia solidária, fora do processo de construção da CONAES, em relação ao momento e as tarefas atuais: reforçar os fóruns locais; contribuir para o adensamento das cadeias solidárias e para a formação de novas redes, bem como da ampliação e fortalecimento das já existentes. Devemos buscar auxiliar a ampliação das várias formas de intercooperação (comercialização e finanças solidárias, bancos comunitários, assessorias comuns, campanhas publicitárias educativas etc.), estimular novas iniciativas em áreas ainda pouco exploradas (energias renováveis, insumos e maquinário sociotecnicamente adequados para outros empreendimentos solidários, programas de substituição de produção convencional por produção associada etc.), pesquisar e implementar relações de comércio justo internacional, e assim por diante.

(3) As incubadoras devem assumir, neste

momento, um papel importante como suporte técnico para o funcionamento dos fóruns locais, onde seja necessário. Muitas incubadoras já realizam esta tarefa, mas é forçoso reconhecer que a maioria das ITCPs tem uma participação insuficiente nesse âmbito. É preciso reforçá-lo, sempre respeitando o protagonismo dos empreendimentos.

(4) Por fim, é preciso que as incubadoras continuem o processo já amplamente desenvolvido de apoio a projetos inovadores no campo da formação: educação continuada para os trabalhadores dos empreendimentos, desenvolvimento de pesquisas nas diversas áreas das tecnologias sociais, publicações especializadas, diálogo com as áreas tradicionais do conhecimento. Para além disso, porém, a nova conjuntura aponta para um ‘alargamento’ dos públicos geradores de iniciativas de economia solidária, exigindo a nossa intervenção – quem sabe – em projetos de educação formal, como ações no âmbito do ensino fundamental e médio, na formação de professores e no desenvolvimento de cursos regulares (graduações e pós-graduações) para a economia solidária.

No momento, era isto, ‘compas’.
“Há braços solidários”.